

---

# EDITORIAL

## PERIÓDICOS ELETRÔNICOS – A DEMOCRACIA DA CIÊNCIA

Um dos mais relevantes elementos de estruturação da comunidade científica é a circulação do conhecimento científico produzido por ela. Entre outros aspectos relativos à ciência, a acessibilidade ao conhecimento tem sido tópico de extensa discussão e, com os avanços da internet, torna-se um assunto relevante no mundo moderno. No Brasil, particularmente, o exercício de regimes mais democráticos na gestão pública criou uma geração consciente de seus deveres como cidadão, mas também atenta aos seus direitos. Essa geração parece compreender melhor seu papel na comunidade como elemento construtor. Esse mesmo diagnóstico pode ser levado para o âmbito da comunidade científica, em sua versão mais abrangente. O salutar aumento do número de pesquisadores titulados e o número de instituições de ensino superior com efetiva capacidade voltada às pesquisas tendem a recuperar as discussões sobre o saber em um cenário menos claustrofóbico, característico das comunidades departamentais enclausuradas, comuns há algumas décadas. A geração do saber conta com mais participação, e isso ocorre em um cenário mais amplo e diversificado se comparado àqueles das tradicionais universidades em poucos estados do sul e sudeste brasileiro.

Acompanhando essas modificações e, aceitando como premissa que a produção de conhecimento e o acesso à informação é fundamental para o desenvolvimento de um país, o fomento governamental à produção, através das ações das agências federais e estaduais, tem assumido números relevantes. Assim, identifica-se que uma visão moderna de produção e de participação nesse conhecimento tem permeado as universidades, institutos e demais instituições das áreas que a produzem.

Entretanto, o sistema de difusão desse conhecimento ainda requer maior reflexão. De fato, essa disseminação ainda carece de modernidade, pois permanece muito centrada no sistema de circulação por documentos impressos, os quais são disponibilizados em bibliotecas institucionais, muitas das quais geridas por sistemas pouco amigáveis ou atrativos aos usuários. Além disso, o volume da produção, em termos mundiais, cresce em velocidade pouco alcançável pelas tecnologias e pelos orçamentos disponíveis nas bibliotecas públicas brasileiras, particularmente as universitárias.

Considerando-se a relevância inquestionável da divulgação científica, há que se considerar o custo para fazer ciência e, como não poderia deixar de ser, lembrar que há um custo para divulgar e circular essa produção. Entretanto, esse custo não pode significar uma barreira intransponível para aqueles que necessitam e desejam ter acesso a essa produção. Certamente, esse acesso pode ser resolvido por um empreendedor, como ocorre particularmente no mundo capitalista, o qual une o necessário ao pertinente, isto é, identifica a possibilidade de dar solução a uma demanda e gera uma possibilidade de ganho. Aí estão as grandes editoras em ciência com seus portais *on-line* oferecendo uma variedade de títulos em diversas áreas voltadas às ciências. Considerando uma certa ubiquidade atual dos computadores e das conexões à Internet, o acesso aos equipamentos de busca não parece se constituir em problema principal. Entretanto, esse domínio se constitui em barreira de acesso ao conhecimento, expressa por meio de sistemas de assinaturas, assinaturas eletrônicas, senhas ou *pay per view*. Assim, a circulação do saber se condiciona às questões de mercado.

Certamente, esse mercado está organizado e atento. Tem o domínio da informação. Tanto isso é verdade que as autoridades, em um gesto oportuno, compram esse saber para as companhias depositárias dos textos e lhe dá o nome de Portal CAPES. Esse portal deriva de uma experiência anterior no estado de São Paulo, conduzida por um consórcio das principais universidades estaduais e a FAPESP. Sem dúvidas se trata de uma iniciativa relevante, pois Soares (2004) nos traz o estarrecedor comentário de que há 20 anos não se poderia realizar um curso sobre Sociologia Política da América Latina no Brasil por absoluta falta de acesso a bibliografia específica. De fato, o Portal CAPES foi considerado como o mais importante instrumento na disseminação do conhecimento científico no Brasil e um recurso indispensável à produção científica e tecnológica nacional nas palavras de Fagundes Neto, Nade e Packer (2006). O impacto desse portal na produção científica e no aprimoramento dos programas de pós-

graduação brasileiros não dever ser desprezado, pois muitos cursos passaram a ser disponibilizados uma vez que o acesso à bibliografia foi garantida pelo portal (SOARES, 2004). Entretanto, seu custo, ainda que se considere o benefício, é muito elevado. Como exemplo, tome-se o valor de R\$ 58 milhões para o ano de 2004 (BARTOLO; BURSZTYN, 2004). Mais que isso, é o domínio do saber que está sendo discutido. Como bem referem Fagundes Neto, Nade e Packer (2006), deve-se lutar para o acesso livre e gratuito aos periódicos, mas a realidade mundial é outra. Essa realidade, então, precisa ser modificada pela ação concatenada da comunidade científica e das autoridades. Essa luta é necessária, pois há alguns anos Soares (2004) apresentava de forma muito clara a catastrófica ação monopolizadora dos provedores das assinaturas *on-line*. Além da selvageria predadora desses oligopólios, com seus lucros exorbitantes, ele muito bem ressalta que: “Ironicamente, esses lucros foram obtidos às nossas custas (pesquisadores), tanto na condição de produtores, quanto na condição de usuários. Nós pagamos caro pelo que pesquisamos e publicamos” (SORAES, 2004).

Sem dúvida, uma das portas de saída para essa crise anunciada e plenamente vivenciada é o princípio do livre acesso às publicações. Nesse sentido, o conteúdo do “Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica” gestado e difundido pelo IBICT em 2005, pode ser tomado como referência para iniciativas que venham a promover o livre acesso. De fato, somente o livre acesso poderá retomar o caminho não-comercial para a manutenção da comunicação entre pares. Essa forma de difusão, que iniciou de forma tímida, está se firmando nos aspectos da qualidade e da quantidade. Aos poucos está sendo desfeito o mito de que apenas publicações impressas ou mantidas por esses oligopólios é que têm representatividade e poder de impacto. A editoria ética e a manutenção e aprimoramento do sistema de revisão por pares é que garante, inicialmente, esse impacto, e esse sistema é plenamente compatível com as iniciativas de livre acesso. Além disso, muitos, para não dizer a maioria, dos periódicos científicos brasileiros têm sua publicação subsidiada pelo setor público, sejam agências de fomentos ou instituições governamentais de diferentes esferas. Dessa forma, seria oportuno que a concessão desses subsídios fossem condicionadas à obrigatoriedade do livre acesso eletrônico a esses periódicos. O próprio CNPq, em seu programa de apoio às publicações acadêmicas seriadas (Auxílio AED), utiliza o acesso eletrônico como um critério de prioridade para a aprovação, mas não parece requerer o livre acesso como condicional à liberação dos recursos.

Uma outra iniciativa, dentro do marco do livre acesso às publicações em formato eletrônico, é a oferta das teses e dissertações oferecidas pelas universidades brasileiras. De forma diferenciada em sua quantidade e formatação, esse processo está avançando rapidamente e se firmando com uma das mais relevantes iniciativas públicas para a democratização do conhecimento. Entre vários, o sistema da Unicamp é um dos mais amigáveis e completos e, aparentemente, mais adiantado do que o da Universidade de São Paulo. Assim, a iniciativa da Unicamp poderá servir de modelo às demais universidades públicas e privadas para a disponibilização *on-line* de suas produções acadêmicas.

Por fim, entende-se a iniciativa do Portal de Periódicos CAPES como uma oportuna saída para o acesso ao conhecimento, com todas suas já decantadas vantagens. Entretanto, pelos menos dois problemas pariam como espada de Damocles. Primeiro, o portal CAPES não é de acesso universal e sua implementação reduziu drasticamente os acervos em suporte papel nas bibliotecas universitárias e, o segundo problema é o custo expressivo para renovação e, como comentado pela própria CAPES, é de negociação difícil. Então, deseja-se salientar que existe uma expressiva parcela da comunidade científica no Brasil que não pertence às unidades atendidas pelo Portal e que não tem acesso a esse conhecimento. Por outro lado, com a diminuição dos acervos físicos, essa mesma comunidade também passa a não ter acesso aos artigos científicos por outros meios, isto é, COMUT ou visita pessoal às bibliotecas mais robustas em acervo. Essas dificuldades orçamentárias, somadas à inflexibilidade do oligopólio de oferta eletrônica de ciência, fica cada vez mais claro que a solução é o livre acesso. Nesse sentido, os autores são os atores mais importantes nessa luta, seguidos pelas instituições em que trabalham e pelas agências governamentais que pagaram por essa produção. São eles que devem fazer valer seus direitos de legítimos proprietários e entender a necessidade de compartilhar esse produto com a comunidade científica. E o meio de compartilhamento é o livre acesso, uma vez que ele é a única resposta contra o comércio pernicioso do saber estabelecido por esses oligopólios internacionais.

Marcos da Cunha Lopes Virmond

## REFERÊNCIAS

1. CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? *Ci. Inf.*, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000.
2. FAGUNDES NETO, U; NADER, H. B.; PACKER, A. L. O Portal de Periódicos CAPES e o crescimento da ciência brasileira. *Newsletter BVS*, v. 53, jul. 2006.
3. SOARES, G. A. D. O Portal de Periódicos da CAPES: dados e pensamentos. *RBPG*, n. 1, p. 10-25, jul. 2004.
4. BARTHOLO, R.; BURSZTYN, M. Um Linux para os Periódicos Científicos. Como encontrar preços justos a pagar pelo acesso ao conhecimento científico? *Braz. j. cardiovasc. surg.*, v. 19, n. 1, p. III-IV, mar. 2004.
5. ODDONE, N.; RODRIGO, M. O Portal de Periódicos da CAPES e os indicadores de desempenho da informação eletrônica. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, v. 7, n. 3, jun. 2006.